

Março é mês de organização e da retomada da luta

Diferente do ano passado, quando o recém-empossado José Serra passou o Reveillon editando decretos para atacar a educação pública, 2008 parece iniciar-se em aparente calmaria. Nada mais falso, como mostra editorial na página 2. O ICMS vem subindo, mas o comprometimento com os salários cai, como comprovam as tabelas na página 3. É hora de reorganizar a luta!



Organização nos Campi Experimentais e críticas às novas "facetas" da expansão na Unesp foram ponto alto nos debates do VI Congresso da Adunesp

Páginas 4 e 5

Experimentais... até quando?

Página 5



Nova diretoria do Sindicato tomou posse em Marília

Pág. 4

Avaliação individual ou institucional?

Pág. 7

Confira as deliberações do 27º Congresso do Andes

Pág. 10



Nas páginas 11 e 12, entrevista com o professor Edmundo Fenandes Dias

Ainda nesta edição, leia os artigos:

"O Chapão da Adunesp" e os Órgãos Colegiados

Por que o Centro de Convenções e de Educação Profissional da Unesp?

Educação libertadora e transição para o socialismo

Diretoria: João da Costa Chaves Júnior (Presidente, FCL/Assis); Carlos Alberto Anaruma (Vice-presidente, IB/Rio Claro); Afrânio José Soriano Soares (Secretário-geral, Campus Experimental de Registro); Arif Cais (Vice-Secretário, Ibilce/São José do Rio Preto); Antônio Luis de Andrade (Tesoureiro-geral, FCT/P. Prudente); Emanuel Rocha Woiski (Vice-tesoureiro, FEG/Ilha Solteira).

Praça da Sé, 108,
3º andar, SP.
Fones (11) 3242-7080.

Home page:
www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@
adunesp.org.br

Jorn. resp.:
Bahiji Haje (MTB 19.458)

Ano novo, hora de revigorar a luta contra novos e velhos ataques

Diferente do ano passado, quando o recém-empossado José Serra passou o Reveillon editando decretos para atacar a educação pública, 2008 parece iniciar-se em aparente calma. Nada mais falso.

No cenário federal, temos um segundo mandato a pleno vapor e em preparativos de novos ataques aos trabalhadores, ainda que abalado por mais denúncias de corrupção. O governo Lula segue formatando suas reformas e prepara novos capítulos na previdenciária, na sindical e trabalhista, na tributária e na universitária. Também como forma de se prevenir frente à reação dos trabalhadores deve voltar à tona com a tentativa de “regulamentar” o direito de greve no serviço público.

Mas esta reação terá capítulos importantes em 2008, nos quais a ADUNESP estará presente: a realização, em julho, do I Congresso da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) será um marco estratégico de luta e resistência da maioria explorada da população.

Em São Paulo, ainda se resta-belecendo da inesperada reação de estudantes, servidores e docentes das universidades públicas em 2007, Serra dá sinais de que reorganiza a casa para desferir outros ataques contra a autonomia universitária, avançando significativamente na consolidação do controle da movimentação financeira e orçamentária, através do SIA-FEM. É preciso muita atenção, como bem o aponta o professor Edmundo Fernandes Dias, da Adunicamp (entrevista nas págs. 11 e 12), pois o projeto tucano para a educação não mudou e o controle da universidade pública é uma de suas metas. A tentativa de intimidar esta reação prossegue com a criminalização do movimento, que se expressa em punições na USP e, também, na Unesp, como ocorrido recentemente no campus de Araraquara.

Na Unesp, a tranquilidade

também é aparente. A aproximação da data-base recoloca o problema do arrocho nos salários de servidores e docentes, nem de perto solucionado em 2007. Em tempos pré-eleição interna, reitor e vice-reitor insistem na afirmação de que as contas da instituição vão muito bem, obrigado! Com isso, reafirmam a perversa política de fazer caixa e manter o equilíbrio financeiro sobre a base da deterioração do nosso poder aquisitivo.

De forma muito preocupante, a atual administração reaviva tempos recentes, de triste lembrança, em que a gestão Trindade impôs à comunidade uma expansão sem recursos e de cunho eleitoral, cujos efeitos perduram até hoje. A aprovação, de afogadilho e lembrando a forma truculenta e ditatorial da era Trindade, na última reunião do CO em 2007, do modelo de um Centro de Educação Profissional da Unesp (leia artigo na página 6) traz muitos questionamentos. De um lado, assim como em 2002, não vem acompanhada de recursos permanentes. De outro, introduz novos formatos de ensino superior (cursos de curta duração e seqüenciados) até então inéditos na Unesp. Seria a materialização cabal da política neoliberal para a educação em nossa Universidade? Para a periferia paulistana, ensino pobre e ligeiro, sem garantias de futuro; para os demais, por enquanto, ensino de qualidade, ainda que sem apoio governamental.

Os critérios para avaliação docente, aprovados no CEPE, também preocupam, pois baseiam-se em conceitos que estimulam a “produtividade” individual e não a institucional, esquecendo-se, ainda, das diferenças entre as áreas do conhecimento. É sobejamente conhecido que, em certas áreas, a produção científica não apresenta as dificul-

dades que se verifica em outras, sendo impossível um tratamento igualitário, como se deseja fazer.

Some-se a isso a perspectiva de que, em 2008 e 2009, um terço do nosso quadro docente estará composto por professores substitutos e teremos na Universidade um cenário de precarização do trabalho, arrocho salarial e degradação da qualidade do ensino.

Não é isso que queremos! É contra isso que seguiremos lutando e denunciando!

Também é preciso atentar para o fato de estarmos em início de ano

eleitoral na Unesp. E o silêncio a respeito, com conversas a portas fechadas, não combina com a prática democrática. Além disso, a vinculação de eleição para reitor com as influências do governo, é algo preocupante, como ficou claro nos episódios da expansão em 2002, ano que também combinou eleições internas e externas.

As deliberações do VI Congresso da ADUNESP, expressas nesta edição, reafirmam a disposição do nosso Sindicato em organizar a categoria para a luta! Neste sentido, os debates e resoluções a respeito da inserção dos Campi Experimentais na organização do Sindicato, inclusive com a perspectiva de criação das primeiras subseções sindicais nestas unidades, são muito importantes. Eles fortalecem a luta da ADUNESP pela democratização destas unidades e pelo fim do assédio moral contra docentes e funcionários (confira matéria na página 5).

A nova diretoria à frente da entidade seguirá o caminho da consolidação da unidade entre os três segmentos e de fortalecimento de uma saída coletiva para os problemas que se apresentam, na contramão do individualismo e da competição do “produtivismo intelectual” estimulados pela onda neoliberal.



ICMS EM ALTA, COMPROMETIMENTO EM BAIXA...

2008 começa com insatisfação da categoria

Depois do papelão na campanha salarial passada, quando fizeram uso do velho bordão “esqueçam tudo o que escrevi”, os reitores das universidades estaduais paulistas têm muitas respostas a nos dar em 2008.

No ano passado, o Cruesp comprometeu-se, por escrito (Comunicado nº 03/2007), a conceder a parcela fixa do reajuste (R\$ 200,00 para todos) caso a arrecadação do ICMS ultrapassasse o patamar de R\$ 43,620 bilhões.

Ultrapassou... e muito! A arrecadação bateu na casa dos R\$ 45 bilhões. Em vez de cumprir a palavra empenhada, os reitores passaram a usar variados argumentos para negar a parcela fixa, por exemplo, alegando

que ela comprometeria a carreira dos funcionários. O Fórum das Seis demonstrou, por meio de vários estudos, que o “temor” não procedia. Em vez do prometido, diante da insatisfação de servidores e docentes, no final do ano o Cruesp concedeu novo reajuste de 1,5% (que se somou aos 3,37% de maio/2007) e um abono de R\$ 400,00 para todos.

Arrecadação para cima

Embora os dados finais do

ICMS de 2007, referentes aos meses de novembro e dezembro, ainda não tenham sido fechados, é possível verificar uma equação perversa: arrecadação em alta, salários em baixa. Em outubro, o total acumulado de comprometimento do orçamento das três universidades com folha de pagamento ficou em 85,09%, como mostra o quadro 1. O índice é menor do que o verificado em 2006, que foi de 87,44% (quadro 2), de acordo com dados do próprio Cruesp.

Adunesp ganha ação coletiva que pede a correção do FGTS

Pagamento deve ser feito ainda neste ano

A Adunesp ganhou ação coletiva proposta na Justiça Federal contra a Caixa Econômica Federal (Processo Nº 2000.03.99.004722-0) com vistas ao pagamento das correções do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que foram expurgadas pelos Planos Verão e Collor I (janeiro de 1989 e abril de 1990).

De acordo com o estabelecido no Tribunal Regional Federal, têm direito ao benefício todos os docentes sindicalizados na época. No dia 28/3/2008, a Adunesp deve finalizar a negociação com a Caixa, que se compromete a fazer o pagamento em até 30 dias após o recebimento da documentação pedida.

Outra vitória

A assessoria jurídica da Adunesp foi vitoriosa no julgamento do Processo Nº 2469/1991 – Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, para “pagamento das diferenças do gatilho”. O despacho da juíza saiu no dia 15/1/2008. A Unesp teve negado o recurso (Agravo de Instrumento), no qual alegava a existência de dupla ação, nas esferas cível e trabalhista (litispendência). Por determinação judicial, a Universidade tem 20 dias para provar sua alegação.

Quadro 1

OUTUBRO – 2007

% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA SOBRE AS LIBERAÇÕES FINANCEIRAS				% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA "ACUMULADA" S/ AS LIBERAÇÕES FINANC.				MÊS
TOTAL %	UNIVERSIDADE			TOTAL %	UNIVERSIDADE			
	UNESP %	UNICAMP %	USP %		UNESP %	UNICAMP %	USP %	
97,49	89,90	101,59	99,27	97,49	89,90	101,59	99,27	JAN
91,09	95,54	93,03	88,15	94,29	92,72	97,31	93,71	FEV
76,03	77,58	76,26	75,21	87,45	87,09	89,35	86,78	MAR
90,21	90,77	90,82	89,69	88,11	87,98	89,71	87,48	ABR
89,83	96,30	89,06	87,16	88,46	89,64	89,58	87,42	MAI
87,82	87,43	87,51	88,14	88,35	89,26	89,22	87,54	JUN
82,81	82,64	82,99	82,81	87,50	88,24	88,26	86,82	JUL
83,87	84,55	85,67	82,77	87,02	87,76	87,92	86,29	AGO
83,84	84,00	84,62	83,42	86,65	87,32	87,54	85,96	SET
73,30	73,44	73,99	72,94	85,09	85,70	85,95	84,43	OUT
85,09	85,70	85,95	84,43	85,09	85,70	85,95	84,43	TOT.ACUM.

Quadro 2

FECHAMENTO – 2006

% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA SOBRE AS LIBERAÇÕES FINANCEIRAS				% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA "ACUMULADA" S/ AS LIBERAÇÕES FINANC.				MÊS
TOTAL %	UNIVERSIDADE			TOTAL %	UNIVERSIDADE			
	UNESP %	UNICAMP %	USP %		UNESP %	UNICAMP %	USP %	
79,97	80,74	82,30	78,59	79,97	80,74	82,30	78,59	JAN
108,81	112,29	115,93	104,07	91,99	93,90	96,32	89,21	FEV
84,77	86,06	87,99	82,77	89,46	91,14	93,39	86,95	MAR
87,99	88,79	91,01	86,30	89,08	90,54	92,79	86,78	ABR
93,77	94,00	96,04	92,67	90,00	91,22	93,42	87,93	MAI
90,98	90,47	91,99	90,78	90,16	91,09	93,18	88,42	JUN
86,75	87,24	88,36	85,81	89,65	90,51	92,45	88,02	JUL
93,29	94,89	96,75	91,03	90,09	91,04	92,97	88,39	AGO
88,54	89,67	90,22	87,28	89,91	90,89	92,66	88,26	SET
86,49	87,40	87,97	85,43	89,55	90,52	92,17	87,96	OUT
78,18	78,52	78,95	77,68	88,36	89,26	90,78	86,88	NOV
79,04	75,79	78,63	80,73	87,44	87,94	89,59	86,28	DEZ
87,44	87,94	89,59	86,28	87,44	87,94	89,59	86,28	TOT.ACUM.

Estes números mostram que havia (e há) espaço para um reajuste muito superior ao concedido pelos reitores, mas que eles optaram por fazer caixa a partir do arrocho em nossos salários.

Em 2008, essa história poderá se repetir... ou não. Dependerá, prioritariamente, da nossa capacidade de mobilização e luta.

VI Congresso da Adunesp expressa avanço na organização de base e traça plano de lutas

Organização nos Campi Experimentais e críticas às novas “facetas” da expansão na Unesp foram ponto alto nos debates realizados em Marília

Com o tema “Organização dos trabalhadores em defesa da autonomia universitária”, o VI Congresso da Adunesp, realizado de 6 a 9 de setembro, em Marília, pode ser considerado um marco na organização de base da

categoria, em especial por aprovar um conjunto de propostas que apontam para a inclusão dos Campi Experimentais à Universidade, estimulando que seus docentes, funcionários e alunos unam-se ao conjunto da luta da comunidade acadêmica, além de explicitar uma pauta de reivindicações específicas dos professores daquelas Unidades. Sobre as Unidades experimentais, leia matéria na página seguinte.

Avaliando os resultados do VI Congresso, o novo presidente da Adunesp, João da Costa Chaves Júnior, empossado durante o evento, considera que o grande salto tenha sido o fortalecimento da entidade representativa, apostando numa saída coletiva para os problemas que se apresentam, na contramão do individualismo estimulado pela onda neoliberal. “As deliberações aprovadas armam o Sindicato e a categoria com instrumentos para a luta, que passam pelo avanço da unidade dos três segmentos, pela unificação com os outros sindicatos de servidores das universidades públicas paulistas, dos servidores públicos em seus três níveis e dos outros trabalhadores, superando o espírito corporativo na defesa do serviço público de qualidade, que constitui um bem precioso do povo paulista e brasileiro, sem o qual não há democracia”, enfatiza.

A seguir, acompanhe alguns dos principais tópicos discutidos no VI Congresso:

Conjuntura

Os delegados presentes no VI Congresso avaliaram que o segundo mandato do governo Lula, também mergulhado em denúncias de corrupção, apresenta a tentativa de consolidar as reformas neoliberais já promovidas e avançar nos pontos ainda reclamados pelo grande capital nacional e internacional, o que deve ser traduzido numa retirada ainda maior de direitos dos trabalhadores.

Antecipando o crescimento da reação dos trabalhadores à sua política, o governo também



quer se cercar de instrumentos que o ajudem a limitar ou mesmo impedir as lutas que devem se intensificar no próximo período, o que se expressa, por exemplo, com a tentativa de regulamentar o direito de greve dos servidores públicos e com a aprovação das reformas sindical e trabalhista.

Fortalecimento da Conlutas

Diante da completa transformação da CUT em braço sindical do governo, inclusive apoiando suas medidas de ataques aos trabalhadores, como se deu na reforma da Previdência, o Andes – Sindicato Nacional, do qual faz parte a Adunesp, aposta no fortalecimento da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Os delegados presentes ao VI Congresso da Adunesp referendam essa iniciativa, já aprovada no congresso anterior da entidade, realizado em Assis, em 2005. Eles reafirmam a importância de construção e fortalecimento da Conlutas, inclusive no âmbito de cada subseção sindical, como representação nacional dos trabalhadores. Neste sentido, convocam os docentes da Unesp a se inserirem nas atividades convocadas pela Conlutas em reação às reformas.

Os ataques de Serra

Os delegados presentes ao VI Congresso avaliaram que a forte reação dos estudantes, docentes e servidores, com suas ocupações, greves e manifestações, obrigou o governo Serra a recuar e a esvaziar parte das medidas de ataque à autonomia universitária, anunciadas no início de 2007. “Ao atacar a autonomia, Serra procurou, também, desviar a atenção da

Nova diretoria tomou posse ao final do VI Congresso



Diretores da nova diretoria e da cessante. Da esq. p/ dir: Afrânio, Woiski, Anaruma, Tato, João, Sueli e Milton

Fechando o VI Congresso da Adunesp, de 6 a 9 de setembro, em Marília, aconteceu a posse da nova diretoria da entidade, eleita para o biênio 2007/2009. Concorrendo em chapa única – “Autonomia e unidade na luta” – ela foi eleita no pleito realizado entre 21 e 23/8.

Tomaram posse: João da Costa Chaves Júnior (FCL/Assis), como presidente; Carlos Alberto Anaruma (IB/Rio Claro), vice-presidente; Afrânio José Soriano Soares (Campus Experimental de Registro), secretário-geral; Arif Cais (Ibilce/São José do Rio Preto), vice-secretário; Antônio Luís de Andrade (FCT/Presidente Prudente), tesoureiro-geral; Emanuel Rocha Woiski (FEG/Ilha Solteira), vice-tesoureiro.

O presidente cessante da Adunesp, Milton Vieira do Prado Júnior (FC/Bauru), saudou os companheiros. “A experiência adquirida na militância em nosso Sindicato é algo fantástico, que nos fortalece pessoal e politicamente, mostrando-nos o quanto é importante a ação coletiva”, frisou.

“Nossa proposta é permanecer no caminho trilhado até aqui pela Adunesp, na defesa intransigente da autonomia das universidades públicas paulistas; da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e do financiamento público adequado”, destacou o novo presidente.

A posse foi prestigiada por representantes do Fórum das Seis, Sintunesp e Adunicamp, além de professores da base de Marília.

comunidade de uma luta central dos últimos anos, que é a batalha por mais verbas. Com isso, conseguiu manter somente os 9,57% do ICMS na LDO/2008. Assim, o movimento organizado nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza, em defesa da autonomia e de mais recursos, deve permanecer alerta”, aponta a Carta de Marília.

Novos formatos da expansão

Os delegados analisaram que, atualmente, a expansão apresenta novos formatos na Universidade, por meio de iniciativas extremamente discutíveis, como o ensino à distância e o empreendedorismo. No fechamento desta edição do **Adunesp Informa**, em fevereiro de 2008, os docentes vêm-se chamados a discutir uma nova faceta da expansão da Unesp, que é a aprovação, na última reunião do CO em 2007, do modelo de Centro de Educação Profissional da Universidade, como mostra artigo na página 6.

Avaliação

O VI Congresso também debateu outra questão importante para a Universidade, que tramitava no CEPE naquele momento: a avaliação docente. Posteriormente à realização do Congresso, o projeto foi aprovado no CEPE, como mostra matéria na página 7.

Eleições na Unesp

Em relação às eleições para reitor, em 2008, o Congresso reafirmou que a Adunesp deve estimular o debate e cobrar dos candidatos o posicionamento público em defesa do modelo de universidade historicamente defendido pela entidade, calcado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com garantia de financiamento público.

As moções

Os delegados do VI Congresso da Adunesp aprovaram algumas moções. São elas:

- Contra a ação policial no Largo São Francisco
- Contra a repressão em Araraquara
- De reconhecimento aos lutadores da universidade pública, na pessoa da professora Maria Orlanda Pinassi, de Araraquara.

No site da Adunesp (www.adunesp.org.br), confira a íntegra das moções e do Plano de Lutas aprovados no VI Congresso. No tópico “Secretaria”, clique no item “Congressos”.



O VI Congresso estimulou o debate sobre os problemas centrais da Universidade

Experimentais... até quando?

Adunesp organiza a luta pela democratização e consolidação das novas unidades

Durante o VI Congresso da Adunesp, realizado em setembro, em Marília, a organização e a mobilização por transformar os Campi Experimentais em Unidades consolidadas foram muito discutidos.

Os delegados avaliaram que a Unesp vive, hoje, o rescaldo de uma política que lançou suas estruturas nos primeiros anos do século 21.

O expressivo crescimento da Universidade, com a introdução de sete campi e diversos novos cursos em 2002, agravou problemas já existentes – falta de professores, precarização do trabalho docente, falta de laboratórios e de assistência estudantil, entre outros – e criou muitos outros.

Para a Adunesp, a solução aos entraves nas novas unidades, bem como nas tradicionais, passa pela luta por recursos para o financiamento definitivo da expansão de vagas. “A entidade defende o enquadramento pleno dos Campi Experimentais ao estatuto da Universidade, para que se tornem parte efetiva da Unesp, com a mesma estrutura pedagógica, colegiada e administrativa dos demais”, sinaliza a Carta.

Democratização

Embora estejam em funcionamento há cinco anos, somente agora a reitoria propõe uma Resolução para disciplinar a gestão e a organização dos Campi Experimentais, em substituição à Portaria 461, de setembro 2005, que em muitos Campi Experimentais nem chegou a ser implementada de fato.

Nestes anos, a Adunesp recebeu inúmeras denúncias de abuso de poder, ameaças constantes de demissão de funcionários e



Reunião em Registro, em outubro/2007: Adunesp e Sintunesp conversam com a comunidade

docentes, clientelismo, imposição de propostas pedagógicas etc. Em conjunto com o Sintunesp, o nosso Sindicato realizou reuniões em algumas unidades, elaborou documentos, cobrou respostas da reitoria e, com isso, conseguiu colocar o debate na ordem do dia. Como produto inicial deste trabalho, devem ser criadas em breve as primeiras subseções sindicais em Campi Experimentais.

Em reunião da diretoria e numa plenária ampliada, com a participação de professores dos Campi Experimentais, a Adunesp promoveu estudos iniciais acerca da proposta de Resolução apresentada pela reitoria. Embora considere um avanço a iniciativa, há alguns tópicos preocupantes no texto. Um deles é o que propõe que o Coordenador Executivo da Unidade será indicado pelo reitor, “a partir de lista triplíce elaborada pelo Conselho Diretor, após consulta à comunidade acadêmica, de acordo com as normas vigentes” e que esta será composta “por dois docentes da Unidade e um de outra Unidade da Unesp”.

A experiência vivenciada nas Unidades consolidadas e a

expectativa da comunidade dos Campi Experimentais apontam para um formato realmente democrático de escolha deste dirigente: candidatos da Unidade, eleição direta pela comunidade e respeito à decisão da maioria.

A proposta de Resolução, sem dúvida alguma, é uma importante conquista da organização da categoria. Porém, para que ela reflita, de fato, o anseio de toda a comunidade universitária, é preciso a participação de todos.

A Adunesp propõe que o debate sobre a proposta da Resolução da reitoria seja ampliado, de forma a envolver efetivamente a comunidade acadêmica em toda a Unesp, antes que os Órgãos Colegiados deliberem sobre ela.

Plano de Lutas

No Plano de Lutas aprovado no VI Congresso, um dos tópicos resume a luta proposta para os Campi Experimentais:

“É urgente a democratização do Campi Experimentais, que criados inicialmente como unidades diferenciadas, vieram fazer parte da estrutura da UNESP sem que fossem assegurados os recursos cabíveis para a sua consolidação e manutenção, tanto no que diz respeito ao espaço físico, quanto à contratação de pessoal. Estes Campi que, até agora, não dispõem da estrutura de gerenciamento democrático como um Diretor e Coordenador de Curso eleitos pela comunidade, Conselhos de Curso e Congregações constituídas nos moldes do Estatuto da UNESP, através de eleições democráticas, da mesma forma que nas unidades já estabelecidas.”

Por que o Centro de Convenções e de Educação Profissional da Unesp?

Muitos ainda podem não estar sabendo, mas na última reunião do Conselho Universitário (CO) de 2007 foi aprovado, quanto ao mérito, o projeto do Centro de Convenções e de Educação Profissional da Unesp. Sem discussão nas unidades universitárias e também no Colegiado Central, na intensidade e proporção que tal proposta exige, e usando mecanismo condenado na expansão da gestão Trindade pelos atuais dirigentes da Reitoria, a Unesp pode estar novamente se aventurando

em mais uma experiência que pode ser danosa no só à instituição, mas também à sociedade que a sustenta.

Sem entrar no mérito de qual seria a função da Comissão designada pelo CO a acompanhar o Magnífico Reitor em conversas com a Prefeitura Municipal de São Paulo, a Comissão acabou por apresentar uma proposta de expansão inédita para a Unesp que causou estranheza. O projeto consiste em criar cursos de nível médio e

superior de tecnologias, juntamente com oferta de educação não-formal, na Zona Leste da cidade de São Paulo, em Itaquera, destinados aos trabalhadores daquela região. Apresenta, na verdade, um novo modelo de expansão para ensino médio e superior voltado aos trabalhadores, deixando-os de fora dos cursos de graduação de qualidade, sob o pretexto de que por este modelo não é possível atender a quantidade e rapidez que a economia de mercado exige, com cursos baratos, bem no perfil capitalista.

Há uma série de questionamentos a serem feitos.

Por que um Centro com essas características e não outras? Por que não um Centro de Artes e Cultura?

O que vemos é adesão às diretrizes de um modelo bem determinado hoje, que se pauta na suposta qualificação flexível, rápida e "tecnológica", para atender

a uma necessidade estrutural do mercado. O documento se baseia em dados da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e não em pesquisas científicas, produzidas pela própria Universidade, tanto no âmbito das questões da área da economia quanto da educação.

Não há nenhuma referência no documento sobre qual seria a relação ou função do Centro de Educação Estadual Tecnológica "Paula Souza" (Ceeteps), autarquia vinculada à Unesp, que tem como objetivo a educação técnica e tecnológica. Como pode uma Universidade ter duas autarquias vinculadas a ela com a mesma finalidade e abrangência?

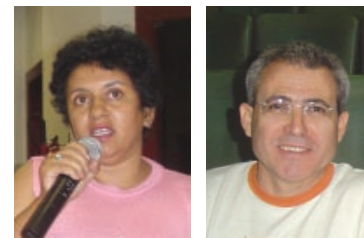
É de causar arrepios um projeto de tamanha "grandeza" propor a contratação de bolsistas e professores substitutos. A precarização presente na Unesp é estendida à nova proposta de expansão, bem coerente com a atual política unespiana, que descumpra seu estatuto que prevê a contratação de professores titulares, em regime de tempo integral. Nesse projeto, estimam-se 150 professores, a serem contratados pelo governo estadual para 15 mil alunos/ano, sendo somente 50 em tempo integral.

Não há garantia de financiamento público para o projeto, somente leves e tímidas projeções por parte da própria Unesp. Até hoje, a Universidade se ressentia da expansão da gestão Trindade. Os campi experimentais, novos cursos, juntamente com cursos regulares existentes, ainda estão muito aquém das condições adequadas para manter a qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

A concepção de educação expressa no projeto político-pedagógico, com propostas de cursos flexíveis, certificação com diferentes categorias, educação continuada e educação à distância, demonstra a opção por um tipo de educação que reduz a formação dos trabalhadores à sua adaptação às exigências do mercado. Enquanto isso, a educação de qualidade permanece nos muros da Universidade, garantida a uma pequena parcela da população brasileira. Aos pobres, a educação profissional; aos ricos, cursos de graduação plena.

Ao fim das contas, o que se

* Por **Sueli Guadelupe de Lima Mendonça** e **Vandei Pinto da Silva**



pretende é resolver problemas estruturais da sociedade paulista com políticas oportunistas de ano eleitoral, ao se propor expansão de vagas com o falso discurso de inclusão social. No projeto, constata-se a destinação de pouquíssimas vagas (302) de vários cursos da Unesp para a chamada verticalização, ou seja, vagas para alunos oriundos desse projeto nos cursos de graduação plena da Universidade. Com estimativa de 15 mil alunos/ano, o funil da passagem para a graduação plena continua.

O investimento, por parte da Unesp, em cursos técnicos e tecnológicos foge aos seus objetivos e requererá mudanças estatutárias.

A fragilidade do documento na sua forma e conteúdo revela a visão imediatista e oportunista daqueles que acham que projetos educacionais de qualidade são feitos com fragmentos de documentos de terceiros e boa dose de demagogia.

Diante do exposto, fica a questão: por que esse Centro de Convenções e de Educação Profissional? Será por que é ano eleitoral na reitoria e na prefeitura? Será por que o governo Serra quer criar algo de impacto midiático, igualmente como aconteceu na gestão Alckmin com a criação desenfreada de FATEC's e a própria expansão da Unesp?

Esse debate não deve parar por aqui. É preciso que os conselheiros do CO, sob a responsabilidade que lhes cabe nos destinos da Universidade, revejam tal deliberação, ampliem o debate e zelem pela qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, nosso maior patrimônio.

* **Sueli Guadelupe de Lima Mendonça** e **Vandei Pinto da Silva** são docentes do Departamento de Didática da FFC/ Marília.

“O Chapão da Adunesp” e os Órgãos Colegiados

A Associação dos Docentes da Unesp, Sindicato que representa legalmente os interesses dos docentes, antes de ser um órgão corporativo, historicamente tem lutado pela defesa da universidade pública, em especial da Unesp.

A Adunesp tem como bandeira, desde a sua criação, movimento pelo avanço da democracia interna, pela valorização do trabalho, pela criação de ensino de qualidade e por mais verbas para as universidades públicas, dentre outras questões relevantes.

Para assegurar o êxito desses objetivos sempre tivemos a preocupação de oferecer aos órgãos colegiados pessoas com perfil de independência, respeitabilidade e seriedade, que pudessem discutir à exaustão os temas, muitas vezes polêmicos, que povoam esses órgãos e que dizem respeito à vida acadêmica. Nossa política sempre foi pautada pela ética, pela moralização dos costumes e contrário à política do toma-lá-dá-cá.

Isto incomoda em muito os setores conservadores da Universidade, que sempre buscaram se unir para impedir nossas conquistas, como pudemos assistir nesta última eleição. Uma vez mais fomos vitoriosos nas urnas ao elegermos a grande maioria da representação pelo “Chapão da Adunesp”, embora tivéssemos perdido representantes históricos e combativos.

Nossa voz não se calará diante das arbitrariedades e das políticas equivocadas pautadas pelos administradores. Para isto, é necessário que a representa-

* Por **Arif Cais**



ção seja firme e coerente com os nossos propósitos. A Adunesp não pode admitir que representantes eleitos pelo “Chapão” sejam cooptados e trabalhem contra o interesse geral. Vamos acompanhar as discussões e dar respaldo aos nossos colegas representantes, para que continuemos firmes na luta pela democracia na Unesp. Existem enormes desafios colocados em pauta, que merecerão reflexões de todos, e nas quais temos o dever de contribuir com o melhor de nossas forças. Temas como Avaliação Docente, SPPrev e reforma estatutária encontram-se dentre os assuntos de enorme importância acadêmica, pois ditarão o futuro da Universidade e da docência.

Lembramos aos colegas eleitos pelo “Chapão” que há um compromisso ético com a moralidade, com a verdade dos fatos e com todos aqueles que foram nossos eleitores. Nossa voz não se calará jamais e nossa luta será permanente, responsável e justa.

* **Arif Cais** é Vice-Secretário da Adunesp (gestão 2007-2009), docente aposentado do Departamento de Zoologia e Botânica, campus de São José do Rio Preto, representante pelo “Chapão” inúmeras vezes nos Órgãos Colegiados da Unesp

Adunesp promove Seminário de Integração Política no dia 12/3

Com o objetivo de estimular a troca de informações e avaliar a conjuntura política interna e externa, a Adunesp vai realizar, no dia 12 de março, o Seminário de Integração Política. Estão sendo convidados os conselheiros eleitos aos Órgãos Colegiados Centrais pelo “Chapão”, bem como membros das subseções sindicais. Entre os tópicos em debate, estão: estrutura e funcionamento dos Órgãos Colegiados, avaliação docente, expansão de vagas (criação do Centro de Educação Profissional da Unesp, a situação dos campi experimentais), conjuntura política (reforma universitária, política estadual etc).

O local do seminário é o Auditório Conlutas, na Praça Padre Manoel da Nóbrega, 36, 7º andar, Sé, São Paulo.

CEPE aprova critérios para desempenho docente na Unesp e reacende o debate: avaliação individual ou institucional?

Por meio da Instrução Normativa 01/2007, a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da Unesp divulgou neste início de ano os “Critérios de Desempenho Docente”. Eles foram aprovados em reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE), de 13/11/2007. “Os critérios aprovados pelo CEPE são basicamente critérios quantitativos e que se acredita serem representativos do conjunto das atividades que um docente da Unesp deve realizar enquanto atuante, em especial no RDIDP”, ressalta a Instrução.

O texto enfatiza que os critérios são fruto de dois anos de discussão e que sua elaboração envolveu várias comissões (CCG, CCPG, CCPE e CCEU), culminando na sistematização por um grupo de trabalho. Segundo o documento da CPA, os relatórios de avaliação docente (RAD's) devem se orientar por tais critérios, serem elaborados em conformidade com o disposto na Resolução Unesp nº 116, de 20 de dezembro de 2005, e se basearem nas informações do currículo Lattes do docente.

As atividades docentes durante o triênio serão avaliadas em cada uma das cinco dimensões analisadas: graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão universitária e gestão. Cada dimensão pode ter uma pontuação máxima de 30 pontos. Os RAD's serão analisados pelas Congregações das unidades e pela CPA. Ainda segundo a Instrução Normativa, para se manter em RDIDP, o professor deverá ter, no triênio, média igual ou superior a 50 pontos. A pontuação considerada ideal é igual ou superior a 70 pontos. Docentes que tiverem pontuação entre 50 e 69 pontos deverão ter seu processo encaminhado à CPA, que analisará a sua atuação e o alertará sobre a necessidade de melhorar seu desempenho. Para se manter em RTC, a média corresponderá a 60% dos pontos estabelecidos para o RDIDP.

A partir do ano de 2008, os Departamentos e as Congregações deverão analisar os RAD's (anuais ou trienais) considerando os critérios estabelecidos pelo CEPE. A partir de 2011, eles serão aplicados em definitivo. O documento contendo os critérios está disponível na página da CPA no Portal da Unesp.

Outro ângulo para o debate

Em plenária realizada em dezembro, a Adunesp debateu o assunto e concluiu que seria necessária uma maior discussão sobre as deliberações do CEPE. Houve consenso em torno da ideia de que não se pode avaliar a atuação do docente descolada das condições de trabalho, do projeto departamental, da Unidade e da própria Universidade, ou seja, da avaliação institucional.

“O que ocorreu com a avaliação

institucional feita na Universidade e apresentada, recentemente, ao Conselho Estadual de Educação?”, questiona a professora Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, de Marília, atual conselheira no CEPE. “Terá sido apenas uma formalidade, para cumprir exigências legais?”, prossegue.

O individual e o coletivo

A Adunesp considera que a questão da avaliação também deve ser debatida à luz da disputa entre o “coletivo” e o “individual”. Ou seja, é necessário debater, antes, qual é a universidade pública que queremos e qual é o modelo defendido e implementado pelos governos e administrações que lhe dizem amém.

Num cenário em que os recursos financeiros são insuficientes e no qual os docentes são estimulados às saídas individuais para a solução dos seus problemas – buscar variadas formas de completar seus salários dentro e fora da Universidade, por exemplo ministrando cursos pagos via fundações – muito provavelmente a avaliação passará longe dos interesses da maioria explorada da população.

“Para a Adunesp, a avaliação docente deve significar um estímulo ao aperfeiçoamento do professor no desempenho do ensino, da pesquisa e da extensão, socialmente referenciados e dentro do contexto da proposta pedagógica do seu curso”, explica a professora Sueli. “Esta avaliação deve ocorrer de forma permanente, democrática e transparente, a partir de critérios não produtivistas, tanto quantitativos quanto qualitativos, alicerçada num projeto global para a educação superior brasileira e este num projeto político para a nação”, diz.

“É dentro desta ótica que se deve realizar a avaliação do desempenho de cada docente vinculado à instituição, com objetivo de estimular o seu aperfeiçoamento no exercício do ensino, da pesquisa e da extensão, e fornecer subsídios para a sua progressão na carreira docente. Em vez de produtividade individual, deve estar em foco a produtividade institucional e coletiva”, conclui.

Produtivismo é estimulado pela CAPES

Nos últimos anos, a CAPES tem adotado critérios cada vez mais produtivistas, em sintonia com a lógica do mercado. Como consequência, tem produzido avaliações que não expressam o processo dos programas, as dificuldades e os distintos perfis. Para o Andes, “a hipervalorização do número de publicações não assegura a qualidade acadêmica dos programas e produz uma intensificação de publicações que, em si mesmas, não são indicadoras de qualidade. Nesse sentido, a cultura de rankings baseada em conceitos atrelados à produtividade é um severo obstáculo para a colaboração entre instituições, pesquisadores e estudantes” (*Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira*).

ARTIGO

Educação libertadora e transição para o socialismo *

Por **Maria Orlanda Pinassi** **

*A libertação é um ato histórico,
não um ato mental.*

Marx



Maria Orlanda Pinassi é professora adjunta do Departamento de Sociologia, FCL/UNESP CAR. Autora do livro *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Editora UNESP, 1998. Membro do comitê de redação da revista *Margem Esquerda* – ensaios marxistas, Boitempo Editorial.

Em recente peça de autoria do filósofo húngaro István Mészáros publicada no Brasil - A educação para além do capital -, conferimos uma pequena demonstração das críticas que desfere contra o mundo contemporâneo, tema da conferência que proferiu na abertura do Fórum Mundial de Educação que aconteceu em Porto Alegre em julho de 2004. Nesta mesma visita de Mészáros ao país, ele lançava outro de seus livros - Século XXI - socialismo ou barbárie - um prognóstico cruel para a história da humanidade se insistirmos em manter o atual sistema de produção e reprodução de mercadorias, revelado em sua essencialidade unicamente destrutiva. Não por acaso ele se inspirou na célebre frase de Rosa Luxemburgo, à qual complementa: barbárie se tivermos sorte.

Entrando no mérito da educação, conforme a interpretação de Mészáros¹, algumas palavras sobre ele talvez iluminem as raízes de seu pensamento, principalmente para quem pouco ou nada conhece desse autor de origem húngara, radicado na Inglaterra desde 1959 onde foi professor na Universidade de Sussex.² É preciso lembrar, porém,

que Mészáros jamais pretendeu inserir-se no debate como pedagogo; suas preocupações sempre se afirmaram na necessidade da educação como uma dimensão societária essencialmente comprometida com os rumos da transição socialista.

Na medida em que adentramos o conjunto da obra de Mészáros, vamos percebendo que existe uma grande articulação entre todas peças que a compõem. Que essa obra só pode ser compreendida como totalidade, um esforço de síntese inspirada em Marx que, segundo nosso autor, realizou um programa em que “todo micro-cosmo é o macro-cosmo, e vice-versa”.³ O resultado de maior envergadura deste seu empenho que durou mais de 25 anos está no livro Para além do capital - rumo à teoria da transição, uma obra de mais de 1000 páginas dedicada a investigar o mundo contemporâneo, a lógica do seu funcionamento, os elementos mais característicos e sempre renovados da sua processualidade.

Seu mais alto objetivo foi realizar uma atualização dos nexos categoriais presentes principalmente nos Grundrisse e O capital. Podemos dizer com todas as letras

que para as condições históricas do século XIX, Marx realizou a proeza de superar o dilema secular que separa idealismo de materialismo, o espírito da matéria, a subjetividade da objetividade. É desta superação que se origina a primeira grande síntese da história, a relação dessas duas dimensões ontologicamente inseparáveis. Apesar disso, poucos entre os que se julgaram seguidores fiéis de Marx, compreenderam a riqueza e a potencialidade revolucionária da sua teoria da transição.

Passados quase 150 anos, Mészáros revivifica o vigor da perspectiva marxiana - claro que apoiado em alguns marxistas que lhe foram muito caros, como Rosa Luxemburgo, Gramsci e Lukács -, quando realiza, ele mesmo, uma das mais agudas e complexas reflexões críticas do sistema de reprodução sócio-metabólica do capital.

A radicalidade da crítica é desferida contra alguns dos mais relevantes fatos da história do século XX: de um lado, a revolução russa e o socialismo de tipo soviético que ele vai designar de pós-capitalismo; de ou-

"Para as condições históricas do século XIX, Marx realizou a proeza de superar o dilema secular que separa a subjetividade da objetividade."

tro, o imperialismo neocolonizador pela desigual recepção das políticas de bem-estar-social.

Da mesma forma ele analisa cada um dos grandes paradigmas teóricos que compuseram as ideologias daquele quadro histórico. Não escapam da sua verve crítica as mais destacadas tendências do

marxismo, acusadas de instrumentalizar, ora pela economia, ora pela política, as idéias de Marx; o mesmo se pode dizer das teorias da social-democracia (Keynes) e do neoliberalismo (Hayeck).

A educação para além do capital

A oportunidade de acompanhar desde as origens até o amadurecimento das mais férteis e polêmicas teses de Mészáros permitem afirmar, por exemplo, que a sua preocupação com a problemática da educação consta já dos seus primeiros estudos estéticos realizados no e sobre o período de sua vida na Universidade de Budapeste e, impossível não mencionar, na

* Trechos do texto de abertura ao Congresso *Os desafios contemporâneos da educação*, UNESP campus de São José do Rio Preto, 2005.

ARTIGO

➡ Associação de Escritores

Húngaros. São eles: *Satire and reality* (1955); *La rivolta degli intellettuali in Ungheria* (1958); Attila József e *l'arte moderna* (1964).

Mas é em seu mais antigo livro publicado no Brasil – *A teoria da alienação em Marx*⁴ – considerado um dos mais profundos e sérios estudos da obra do jovem Marx, principalmente dos Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844

que conferimos a importância que ele atribui ao papel da educação para a formação da sociabilidade burguesa. Além do seu evidente antigo inte-

resse pela estética marxista, aqui também fica evidente a forte presença de Lukács sobre a formação originária de Mészáros já que o mestre, para o bem e para o mal, foi dos raros intelectuais do Leste, fiel à revolução russa, a desafiar a orientação político-partidária do Estado soviético e enaltecer a importância da obra de juventude de Marx.

Neste trabalho de Mészáros, fica bastante evidente a ótica marxista sobre a filosofia da história para explicar a grande inflexão ideológica que atinge as teorias burguesas – Iluminismo e Liberalismo – em função das transformações sociais decorrentes da

Revolução Francesa.

O esgotamento das possibilidades revolucionárias da burguesia – o fim do seu período epopéico – lhe impõe o abandono do posicionamento historicamente universal tão bem representado pelo realismo dos teóricos clássicos. A afirmação – e as sucessivas confirmações – do poder de comando da classe burguesa será, então, orientado por um afastamento progressivo, até tornar-se

absoluto, das verdadeiras necessidades históricas. Em toda parte, sua hegemonia irá depender de concílios espúrios com o passado e da sua maior ou menor competência ideológica em mitigar as contradições, sobretudo, materiais que passa a criar com muito maior desenvoltura. E quanto mais se esforça por naturalizar a realidade social por meio das apologias do eterno presente (e, para o irracionalismo cada vez mais forte, do eterno retorno), mais a burguesia afirma seu caráter antiontológico.

Mas, não nos enganemos, porque nem antes, nem depois da Revolução Francesa as teorias liberais conseguiram concretizar alguma universalidade. A essência abstrata e ideal dos valores universais do Iluminismo e do Liberalismo do século XVIII se manifesta, de fato, tempos mais tarde quando se compreende que para os grandes problemas sociais só puderam ministrar soluções

morais. Nos tempos de Rousseau e de Diderot, a história ainda não estava suficientemente madura para mostrar que a injustiça e o desequilíbrio da distribuição da riqueza social não era uma questão de educar a burguesia para ser mais parcimoniosa e menos egoísta; pois essas características são parte da essência mais cruel do capitalismo que defendiam.

Depois da Revolução Francesa, sua universalidade permanece ainda mais abstrata, mas com um sentido muito diferente daquele que a precedeu, pois a universalidade formal é conscientemente construída para neutralizar o efeito da luta de classes, o aprofundamento da desigualdade material entre burgueses e proletários. Esse é o ponto de partida da decadência ideológica da burguesia (o conceito é de Lukács)⁵ o que permite que essa classe dê impulso decisivo à sua longa história de acumulação de capital.

A maturidade histórica e a genialidade de Marx são os ingredientes da bomba com base na qual se afirma que para os problemas concretos, as soluções devem ser concretas. Ou seja,

É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a

teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se ad hominem logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem.⁶

É enfim a partir desse estudo dos Manuscritos de 1844 que Mészáros revigora a idéia de que as bases fundantes da sociedade humana estão no trabalho e que as sociedades regidas pelo capital, quando mais desenvolvidas forem, mais potencializam a condição reificada dos homens, a sua conversão em objeto estranhado do mundo que ele mesmo cria e que reproduz cotidianamente.

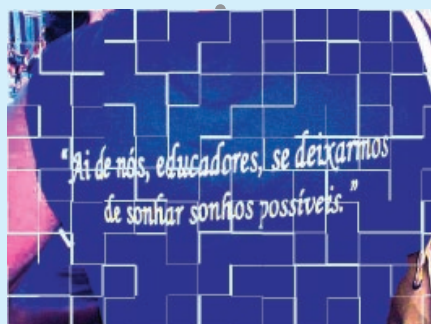
Em *A teoria da alienação em Marx*, Mészáros assume a perspectiva ontológico-materialista de Marx deixando absolutamente claro que são as condições materiais de existência que impõem à educação – formal e informal – as conveniências necessárias à sociabilidade reprodutora da ordem. Da mesma forma, é ali que Mészáros fundamenta o papel da educação enquanto

instrumento imprescindível à ruptura com a alienação característica da sociedade de classes. Ou seja, o papel verdadeiramente

ontológico da educação na transição rumo à sociedade emancipada.

Confira no site da Adunesp (www.adunesp.org.br) a íntegra do artigo da professora Maria Orlanda Pinassi. Acesse o link “Publicações”, no tópico “Jornais” (edição 52)

"Mészáros fundamenta o papel da educação enquanto instrumento imprescindível à ruptura com a alienação característica da sociedade de classes."



¹ Na medida em que me encontro visceralmente envolvida com toda a sua obra de síntese do capitalismo contemporâneo, é por intermédio de Mészáros que me arrisco na área.

² Na entrevista que faz com István Mészáros na revista *Margem Esquerda* nº 7, Ivana Jinkings, editora da Boitempo, que se envolveu profissional e afetivamente com o gigantesco projeto de publicar na íntegra a sua extensa e complexa obra, podemos ter alguma idéia de quem é István Mészáros, suas origens proletárias, sua formação marxista e, sobretudo, de sua estreita ligação com Lukács, de quem foi aluno e secretário na Universidade de Budapeste. Mas, apesar do convívio muito afetivo – eles foram verdadeiramente amigos –, não se pode dizer que tenha feito parte da chamada Escola de Budapeste, tão identificada com Agnes Heller, Ferenc Feher, Georg Markus, Vajda etc. Aliás, quem quiser conhecer mais detalhes da vida de Mészáros vai encontrar muita dificuldade e

frustração porque ele costuma ser muito econômico ao falar nisso.

³ Essa, aliás, foi uma das suas muitas divergências com Lukács que não aprovava a idéia de se realizar uma síntese naquela altura da história. O próprio Mészáros nos conta o episódio nesta entrevista da revista *Ensaio*, acima aludida. Felizmente ele desobedeceu à orientação do mestre e foi à luta.

⁴ A edição é de 1981 pela Zahar Editores e, em 2006, a Boitempo Editorial, mais que oportunamente, fez uma bela reedição da obra.

⁵ Consultar a respeito Georg Lukács, “Marx e o problema da decadência ideológica”, em *Marxismo e teoria da literatura*. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968).

⁶ Karl Marx. *Crítica da filosofia do direito de Hegel* – Introdução. (São Paulo: Boitempo Editorial, 2005), p. 151.

27º Congresso do Andes - SN: Adunesp, presente!

A Adunesp enviou cinco delegados ao 27º Congresso do Andes – Sindicato Nacional, realizado entre 14 a 20 de janeiro de 2008, em Goiânia (GO), com o tema “Avançar na Luta em Defesa da Universidade Pública e dos Direitos dos Docentes”. Participaram do Congresso 254 delegados e 20 observadores de 66 seções sindicais. Pela Adunesp, estiveram presentes: Milton Vieira do Prado Júnior (Bauru), Nelson da Silva Filho (Assis), Carlos Alberto Anaruma (Rio Claro), Sandra Helena Escouto de Carvalho (Marília) e, pela diretoria da Adunesp, João da Costa Chaves Júnior (Assis).

Os debates geraram um conjunto de resoluções que armam os docentes para as lutas deste ano. Além disso, foram aprovados o Regimento

e a Comissão Eleitoral, visando as eleições diretas para a escolha da nova direção do Sindicato Nacional (biênio 2008/2010), marcadas para 13 e 14 de maio.

Os delegados aprovaram o foco de atuação do Andes em 2008:

- Intensificar a participação na reorganização e unificação da classe trabalhadora na luta contra as políticas e reformas neoliberais, em defesa dos direitos sociais;
- Lutar pela ampliação do acesso e permanência nas IES públicas, gratuitas e de qualidade, socialmente referenciada nos interesses históricos da classe trabalhadora, com garantia de financiamento público, autonomia, democracia e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Lutar pela valorização do trabalho docente e contra toda e qualquer forma de precarização;
- Lutar pela ampliação da participação da categoria no Sindicato por meio da intensificação do trabalho de base.

A partir destes eixos, o Congresso reafirmou que a reforma universitária, em andamento tanto no Congresso Nacional quanto no âmbito de alguns estados, adapta o ensino superior brasileiro às políticas de inserção subalterna do país e ao cenário de mundialização do capital. Além disso, reiterou que os programas REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e de instalação dos IFET's (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) fazem parte da materialização dessa política, ao desestruturarem o sistema federal de educação superior e técnica/tecnológica. Tais iniciativas do governo federal têm como base a precarização do trabalho docente e o rebaixamento da qualidade da formação universitária.

A *Carta de Goiânia*, que sintetiza as discussões do Congresso, aponta que “como contraposição ao REUNI e aos programas equivalentes, será deflagrado um processo democrático de discussão, em todas as instituições de ensino superior, para colocar em curso um plano de ampliação da educação superior pública que



resgate as propostas contidas no PNE - Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, enfatizando a necessidade do adequado financiamento público e exigindo a ampliação de vagas docentes”.

O presidente do Andes, Paulo Rizzo, fala na abertura do Congresso

Fundações

A respeito das fundações privadas de apoio incrustadas nas instituições públicas, os delegados aprovaram um cronograma de denúncias, apontando-as como fonte de ilegalidades, desnecessárias e perniciosas para o desenvolvimento indissociável do ensino/pesquisa/extensão. “Evoluir rapidamente para a ruptura das relações estabelecidas entre as universidades públicas e estas organizações privadas foi considerado necessário para estancar a privatização, uma vez que as últimas são importante canal de negócios, voltadas principalmente para os interesses mercadológicos”, sinaliza a Carta.

Governo Lula

Quanto à luta mais geral, o 27º Congresso do Andes tomou posição contra as reformas do governo Lula e dos governos estaduais e municipais, que retiram direitos dos trabalhadores, com destaque para as reformas universitária, sindical e previdenciária.

Próximo congresso

O 28º Congresso do Andes-SN, será realizado na cidade de Pelotas (RS), em 2009. O evento marcará os 30 anos de fundação do Sindicato Nacional.

Conlutas

Do ponto de vista organizativo e de ampliação da luta, a Carta de Goiânia faz um chamado a todo o movimento docente para que aprofunde o debate a partir das seções sindicais, com temas pautados no I Congresso da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), que será realizado no período de 3 a 6 de julho de 2008, em Betim, Minas Gerais. Além de reafirmar a construção da Conlutas na base, o Andes levará contribuições produzidas no debate a ser incentivado durante todo o semestre em curso, orientado pelos seguintes princípios:

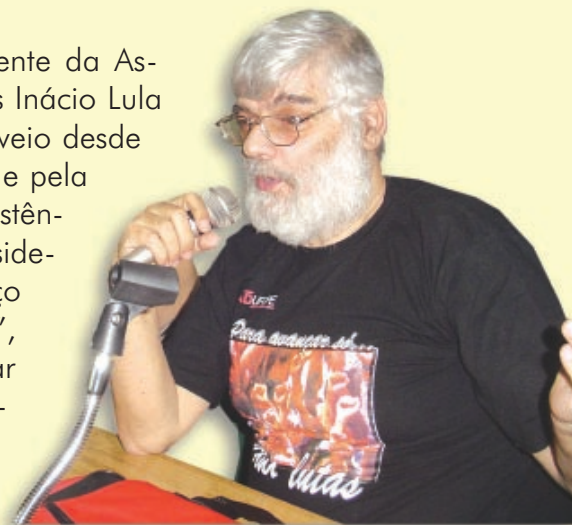
- autonomia frente aos governos, partidos políticos, administrações universitárias e entidades mantenedoras;
- democracia com ampla participação da base e horizontalidade nas relações políticas;
- garantia do amplo debate de idéias e o respeito à diversidade das posições políticas que se expressarem no âmbito da Conlutas.



ENTREVISTA

Contradições do projeto de destruição nacional abrem espaço à reação popular, avalia sindicalista

Para o professor *Edmundo Fernandes Dias**, atual vice-presidente da Associação de Docentes da Unicamp, o segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva aprofunda a linha de destruição nacional e social que veio desde a posse no primeiro mandato. “Pela destruição dos sindicatos e pela criminalização dos movimentos, busca-se destruir qualquer resistência”, avalia. Embora preveja uma luta dura pela frente, ele considera que as contradições do projeto governamental abrem espaço para podermos enfrentar a batalha. “Não há batalha sem luta”, reforça. Nesta entrevista ao *Adunesp Informa*, além de analisar a conjuntura nacional, o docente tece considerações sobre o governo Serra, no qual ele vê um “recoo aparente”, e comenta as deliberações do VI Congresso da Adunesp, realizado em setembro passado, no qual teve participação atuante.



* Quem é

Edmundo Fernandes Dias é ex-secretário geral do Andes – Sindicato Nacional, atual vice-presidente da Adunesp, editor da *Revista Universidade e Sociedade* (2000-2002 e 2004-2006), membro do Conselho da *Revista Outubro*. É professor aposentado de Sociologia do IFCH da Unicamp. Publicou: *O Outro Gramsci*, São Paulo, Xamã Editora, 1996; *Gramsci em Turim*, São Paulo, Xamã Editora, 2000; e *Política Brasileira: Embate de Projetos Hegemônicos*, São Paulo, Editora Instituto José Luís e Rosa Sunderman, 2006, além de números artigos. Na *Revista dos 30 Anos da Adunesp* (agosto 2007), publicou o artigo “Políticas públicas sob o neoliberalismo?”.



Adunesp Informa - Como avalia o segundo mandato do presidente Lula? Em que se diferencia do primeiro? Considera que o governo está fortalecido para impulsar o restante das reformas reclamadas pelo grande capital?

Edmundo Fernandes Dias - Considero que se aprofundou a linha de destruição nacional e social que veio desde a posse no primeiro mandato. Aliás, o Sr. Luis Inácio não faz mais do que seguir o programa imposto pelos organismos financeiros internacionais, com a doce conveniência de

uma classe dominante local que só pode sobreviver sendo servil àquelas potências e oprimindo a sociedade brasileira. É verdade que os chamados programas sociais - que nada mais são do que a instrumentação de sua ten-

tativa de obter a hegemonia - acabam por ser aceitos por uma população que vive nas condições mais brutais conhecidas em um país da dimensão do nosso. Para eles, os subalternos, ficam as migalhas; para os grupos financeiros, sobram poder e recursos. Inclusive, o próprio presidente já falou que os banqueiros são ingratos, pois nunca ganharam tanto quanto agora.

AI - O governo continua com uma base de sustentação ampla entre os partidos burgueses. É isso que garante a sua estabilidade?

Dias - Os políticos, com raríssimas exceções, são absolutamente coniventes. A compra de votos, a impunidade, a nomeação para cargos de confiança etc. geram condições de uma pseudo estabilidade política. No entan-

to, existem formas de reação à essa farra. É para contê-las que os governos federal e estaduais vêm criminalizando os movimentos sociais, como vem ocorrendo com os movimentos estudantis, entre outros. Como o governo criou uma poderosa burocracia, treinada nos tempos em que eram sindicalistas, tanto no partido quanto nas centrais sindicais o

governo sente-se forte para tentar aprovar leis que destroem a estrutura sindical, a legislação do trabalho, a educação (não é aceitável para ele uma população com capacidade crítica) e o fim da solidariedade intergeracional, isto é, a Seguridade Pública. Este monstruoso bloco financeiro-industrial-agrário garante a Luis Inácio a possibilidade de tentar destruir ainda mais a nação e a população, isto é, as classes subalternas.



Encontro Nacional da Conlutas, em março de 2007: reação às reformas

AI - Como vê o potencial de reação dos movimentos sociais às novas reformas pretendidas pelo governo, como a previdenciária, trabalhista, sindical etc? É possível barrá-las e impor uma derrota ao governo?

Dias - Vejo dificuldades construídas por esse monstruoso bloco do poder. Mas vejo, também, em gestação, uma nova forma organizativa: a Conlutas. Por romper a perspectiva de categoria, que prende os movimentos ao imediato e às questões prementes do dia-a-dia, e tentar construir uma perspectiva de classe, está dada a possibilidade de que essas lutas se coordenem nacionalmente e, assim, possam enfrentar essa máquina de extermínio montada em Brasília e nos palácios estaduais. Mas, repito e enfatizo: é uma possibilidade.

AI - Por que?

Dias - A Conlutas está buscando construir com todos os setores em luta essa saída para a população. O projeto go-

ENTREVISTA

vernamental (internacional) é complexo: pela destruição dos sindicatos e pela criminalização dos movimentos busca-se destruir qualquer resistência. Pela destruição da previdência, visa-se transformar em mercadoria, sujeita às oscilações e interesses do mercado capitalista, aquilo que é a necessidade maior, ou seja, a de ter uma vida digna após tantos anos de sacrifício. E, pelas mutações que se estão introduzindo na educação, o governo, além de salvar os empresários falidos ou em processo de falência, busca capturar a subjetividade daqueles que, pelas condições de concentração de renda e eliminação das fontes de trabalho, não têm condições de chegar a ter uma educação de qualidade. Ou seja: visa-se eliminar a possibilidade da construção de indivíduos livres e críticos. A luta será duríssima. Temos, contudo, que considerar as profundas contradições que esse projeto de destruição nacional está implementando. A articulação de todos é cada



Ato contra Serra em 2007:
A mobilização deve continuar neste ano

vez mais necessária para podermos enfrentar a batalha. Não há vitória sem luta.

AI - No plano estadual, você considera que o governo Serra se recolheu diante da reação do movimento das universidades, notadamente encabeçado pelos estudantes, ou acredita que se trata de um fôlego para retomar os ataques?

Dias - Não. O governo Serra fez um recuo tático aparente. As novas modificações, por exemplo, na Secretaria do Ensino Superior demonstram isso. A criminalização das lutas, como ocorre em Araraquara e na USP, é exemplar. E o recente ataque brutal na Fundação Santo André demonstra que o aparelho repressivo está mantido. Considere que muitos participantes do governo, quando estudantes, fizeram coisas do mesmo naipe e até mais "radicais", como eles gostam de falar. A aprovação do SP-Prev pela Assembleia Legislativa, onde o governo Ser-

ra tem imensa maioria, demonstra que seus programas não são diferentes, na essência, daqueles implementados por Luís Inácio.

AI - Você falou várias vezes em Luís Inácio? Por que não fala Lula?

Dias - Não falo Lula porque esse nome está associado no imaginário popular a um momento em que ele aparecia como líder de massas de um processo de reconstrução da capacidade de luta dos trabalhadores. Hoje, embora pense que continua a sê-lo e fale como tal, ele nada tem a ver com aquela imagem. Se mantenho o Lula, reforço no plano da subjetividade uma figura que temos que combater. E devemos fazê-lo não porque queiramos desestabilizar seu governo, fazer o terceiro turno, apoiar as elites etc. Devemos combatê-lo porque devemos devolver às classes populares a capacidade de construir uma sociedade para além e contra o capital.



"O governo Serra fez um recuo tático aparente. A criminalização das lutas, como ocorre em Araraquara e na USP, é exemplar."

AI - Você participou ativamente do VI Congresso da Adunesp, em setembro passado. Como avalia os debates ali realizados?

Dias - Considero que o Congresso da Adunesp foi um momento importante de definição de projetos para nossa sociedade e nossas universidades. Traçaram-se linhas que poderão nortear a crítica da situação atual. Uma universidade que não se liga aos interesses dos subalternos é uma universidade comprometida com a destruição nacional. Não podemos aceitar que aviltem nossa capacidade de trabalho, seja pelas formas de precarização que dia-a-dia avançam, por salários incapazes de garantir as condi-

produção e, por mas não menos importante, que sejamos submetidos às formas perversas das agências financiadoras. Também neste Congresso, uma nova diretoria da entidade tomou posse. São companheiros que darão como os das diretorias anteriores, boa parte do seu tempo para tocar as ques-

tões coletivas. O nosso Sindicato é uma escola e vejo nossos dirigentes, na sua maioria, como educadores capazes. Com uma boa direção e um bom projeto, poderemos avançar muito. Quanto à minha participação, nada mais fiz do que debater com companheiros e amigos, trazendo a experiência dos companheiros da Adunicamp e do Andes-SN. Só isso e tudo isso! Por fim, quero ressaltar também a importância de uma comunicação sindical de excelente qualidade como a feita na Adunesp.

Em defesa dos serviços públicos

Adunesp participou da organização do ato unificado do dia 29/2

No fechamento desta edição do **Adunesp Informa**, em 29/2, estava sendo realizado o ato unificado do funcionalismo paulista, em frente ao Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo. A Adunesp participou das reuniões preparatórias do evento, que foi convocado por várias entidades sindicais, entre elas a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), com os seguintes eixos:

NÃO À PRIVATIZAÇÃO E À TERCEIRIZAÇÃO!
MELHORES CONDIÇÕES DE SALÁRIO E TRABALHO!
MAIS VERBAS PARA O SERVIÇO PÚBLICO!
CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR CONCURSO PÚBLICO!

